



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

O patrimônio cultural de cidades médias e pequenas – Transformações metropolitanas, novas abordagens e critérios

*The cultural heritage of small and medium-sized cities - metropolitan transformations,
new approaches and criteria*

*El patrimonio cultural de las ciudades medias y pequeñas – Transformaciones
metropolitanas, nuevas abordajes y criterios*

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva (1)

(1) Professora Doutora, PUC-Campinas – POSURB; Campinas, SP, Brasil; cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

O patrimônio cultural de cidades médias e pequenas – Transformações metropolitanas, novas abordagens e critérios

*The cultural heritage of small and medium-sized cities - Metropolitan transformations,
new approaches and criteria*

*El patrimonio cultural de las ciudades medias y pequeñas – Transformaciones
metropolitanas, nuevas abordajes y criterios*

RESUMO

A pesquisa aborda a questão do patrimônio cultural das cidades que fazem parte da Região Metropolitana de Campinas. A exceção de seu núcleo sede – a cidade de Campinas – as demais cidades são em grande parte médias e pequenas e sofrem com os efeitos de processos urbanos metropolitanos. Neste texto são apresentadas as sínteses e conclusões da primeira leitura desses efeitos sobre o patrimônio edificado (entendido em sua dimensão territorial) de duas cidades, Valinhos e Paulínia, eleitas como estudos de caso. Foram constatadas transformações nos espaços urbanos e rurais das cidades que resultaram na perda de referenciais históricos e transformações da memória social e dos valores culturais locais. Simultaneamente, também os centros geracionais dessas cidades apresentaram uma redução progressiva de população nativa e o incremento de novos contingentes de população migrante, como consequência do processo de mobilidade intrametropolitano. Assim, a abordagem privilegiou a dimensão urbanística e a gestão da preservação, como parte de uma discussão mais ampla das políticas urbanas adotadas pelas cidades e propõe novas bases conceituais para a definição de critérios de preservação e intervenção sobre o patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, políticas públicas, cidades médias, preservação

ABSTRACT

The research deals with the issue of the cultural heritage of the cities of the Metropolitan Region of Campinas. Excluding its nucleus - the city of Campinas - the other cities are mostly small and medium-sized and suffer the effects of metropolitan urban processes. In this text are presented the syntheses and conclusions of the first reading of these effects on the built heritage (understood in its territorial dimension) of two cities, Valinhos and Paulínia, elected as case study. It were observed transformations in the urban and rural spaces of the cities that resulted in the loss of historic references and transformations of the local memory and cultural values. Simultaneously, also the generational centers of these cities showed a progressive reduction of the native population and the increment of new contingents of migrating populations as a consequence of a process of intra-metropolitan mobility. Thus, the approach privileged the urban dimension and the preservation management as part of a broader discussion of the urban policies adopted by the cities and proposes new conceptual bases for the definition of preservation and intervention criteria on the heritage.

KEY-WORDS: heritage, public policies, medium-sized cities, preservation

RESUMEN

La investigación aborda la cuestión del patrimonio cultural edificado de las ciudades que forman parte de la Región Metropolitana de Campinas. A excepción de su núcleo sede – la ciudad de Campinas – las demás ciudades son en grande parte medias y pequeñas y sufren con los efectos de procesos urbanos metropolitanos. En ese texto se presentan las síntesis y conclusiones de la primera lectura de esos efectos sobre el patrimonio edificado (entendido en su dimensión territorial) de dos ciudades, Valinhos y Paulínia, elegidas como estudios de caso. Se han constatado las transformaciones ocurridas en los espacios urbanos y rurales de las ciudades que resultaran en la pérdida de referenciales históricos y la transformación de la memoria y de los valores culturales. En simultáneo, también los centros generacionales de esas ciudades han presentado una pérdida progresiva de población nativa y el incremento de nuevos contingentes de población migrante, como consecuencia de un proceso de



movilidad intrametropolitano. Así, el abordaje privilegia la dimensión urbanística y la gestión de la preservación, como parte de una discusión más amplia de las políticas urbanas adoptadas en las ciudades y propone nuevas bases conceptuales para la definición de criterios de preservación e intervención.

PALABRAS-CLAVE: *patrimonio, políticas públicas, ciudades medias, preservación*

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a constituir um corpo teórico e metodológico que permita abordar a questão da preservação do patrimônio cultural e, em especial, o patrimônio edificado das cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas. Como patrimônio edificado entende-se aqui a dimensão urbana e arquitetônica do território, de forma que são elementos construídos os espaços públicos (ruas, calçadas, praças, largos, etc.), os edifícios, os equipamentos urbanos, os antigos caminhos, as fazendas e outros elementos que fazem parte e explicam a formação do território ou contribuem como suporte para o desenvolvimento das práticas sociais cotidianas dos habitantes.

Portanto, a abordagem privilegia a discussão sobre o patrimônio a partir da discussão da formação de seu território, retomado ou reconstituído em sua dimensão e forma originais, através de pesquisas, em arquivos e bibliotecas públicos e privados, de documentos e mapas históricos - ou seja, para além das divisas municipais criadas após desmembramentos e emancipações administrativas - de forma a constituir uma base técnica e histórica para a discussão mais ampla sobre as políticas urbanas e de preservação do patrimônio cultural das cidades da região.

O trabalho, concluído neste ano (2014), se insere no âmbito das discussões do Grupo de Pesquisa Patrimônio Urbano e Arquitetônico das Cidades Paulistas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, cujos enfoques têm privilegiado a discussão da preservação do patrimônio cultural a partir de estudos do território e é financiada por Auxílio Pesquisa através do Convênio FAPESP/CONDEPHAAT.

Como resultado, foi possível aprofundar a discussão sobre a natureza dos patrimônios das cidades da Região, o que por sua vez permitiu lançar novas bases conceituais e metodológicas para a definição de critérios de seleção e de ação com intuito de preservá-los, partindo do pressuposto que alguns destes bens não podem ser geridos apenas por um município e ainda, fazem parte indissociável da memória do município sede da região.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída no ano 2000 pela Lei Complementar Estadual 870, e ocupa uma área de 364.689 ha, que representa 1,3% do território do Estado de São Paulo. Foi criada a partir de uma política de planejamento regional baseada na Constituição Estadual de 1989. Dezenove municípios fazem parte da RMC, a saber: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, sendo que os três últimos foram apenas desmembrados em 1991.

Núcleo do complexo cafeeiro paulista, tendo Campinas (Fig.1) como sede regional, a região adquiriu as bases para o dinamismo da agricultura, infraestrutura de transporte e qualidade da rede urbana, processo reforçado com a abertura da Via Anhanguera nos anos 1950 e depois com a Rodovia dos Bandeirantes, no final dos anos 1970. Baeninger (2002), afirma que a

Região Metropolitana de Campinas, desde esta década, passou a receber grandes fluxos migratórios, já que se tornou um dos principais eixos de expansão no processo de desconcentração relativa das atividades industriais.

Figura 1. Divisão administrativa com os municípios da Região Metropolitana de Campinas. Em cinza, a cidade de Campinas e em vermelho, Paulínia e Valinhos



Fonte: Elaboração própria, 2011.

Nos anos 1970, 60% do crescimento absoluto da população metropolitana era fruto da migração; na década seguinte, esse valor passou para 48% e entre os anos de 1991 e 1996 para 43% - período em que a RMC recebeu 83.884 de migrantes de outros Estados. A intensidade deste processo foi tal que, nos anos 1990, apenas nos municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra e Pedreira, a migração representou 70% do crescimento absoluto dessa área (PMHIS, 2010).

As principais motivações para os deslocamentos entre cidades da RMC são as relacionadas à educação (com 1.379.126 viagens diárias) e ao trabalho no setor de serviços (840.182 viagens). Considerando apenas os horários de pico, são realizadas cerca de 420.000 viagens na RMC, sendo que destas, ao redor de 230.000 são por motivo de trabalho e em torno de 250.000 relacionadas à educação (PITU/RMC, 2010).

Várias políticas governamentais deflagradas em níveis federal, estadual e municipal, como o Programa de Metas (1956-1960) e o Proálcool, induziram a interiorização do desenvolvimento no estado, principalmente em Campinas e região, com investimentos públicos em infraestrutura de transportes, comunicações, ciência e tecnologia, responsáveis pelo surgimento de universidades (Unicamp), e grandes centros empresariais e industriais, como Replan, CPqD, CTI etc. Com isso a região atraiu a implantação de grandes empresas privadas e ampliou a rede de pequenas e médias, intensificando as relações com o setor agropecuário e terciário e diversificando a estrutura produtiva. Como consequência, a vinda de novos moradores desencadeou a expansão da mancha urbana, dando início ao desenho atual da conurbação ao longo dos eixos viários Anhanguera, Santos-Dumont, Rod. Dom Pedro I, Campinas-Paulínia e Campinas-Mogi-Mirim (CANO et al., 2002).

A RMC está inserida também no principal pólo urbano-industrial brasileiro, tendo como epicentro São Paulo, mas se estende por uma grande região interiorana. Segundo Cano &

Brandão (2002), este processo aumentou a complexidade nos centros urbanos das cidades paulistas. É uma região que agrega municípios com situações desiguais de urbanização e industrialização, que são ao mesmo tempo responsáveis por suas singularidades. O intenso fluxo migratório de pessoas de outras regiões não foi absorvido de forma adequada, gerando processos de periferação com extremos de classes altas e baixas, diminuindo a força dos centros urbanos tradicionais - já que a tendência é de que as zonas mais periféricas dos municípios apresentem taxas de crescimento maiores que as zonas próximas aos centros urbanos (PITU/RMC/, 2010) - e criando um sistema de polinucleação.

Para o gerenciamento das cidades da RMC foi criada uma agência metropolitana, a AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas) pela Lei Complementar estadual nº 946 em setembro de 2003 e sancionada em 18 de setembro de 2003. É uma autarquia do governo do Estado de São Paulo responsável pelo planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Campinas. Seu processo de estruturação se iniciou em 2004 e passou a atuar no fortalecimento do Sistema de Gestão Metropolitana da RMC, composta pelo Conselho de Desenvolvimento da RMC, a própria AGEMCAMP e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – Fundocamp. A partir desse momento, a AGEMCAMP passou a cuidar da constituição do Fundocamp, essencial para assegurar a execução de projetos de alcance regional, efetivamente regulamentado pelo Decreto nº 50.553, de 20 de fevereiro de 2006. Em 2007, foi assinado o contrato entre a Agemcamp e a Nossa Caixa, para que esta executasse a função de Agente Financeiro do Fundo.

O Conselho Deliberativo e Normativo da Agemcamp é o Conselho de desenvolvimento da RMC – CD-RMC, conforme previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 870, de 19 de Junho de 2000. O CD-RMC é integrado pelos 19 prefeitos da região e 19 representantes do Governo do Estado, ou seja, não há uma representação por parte da sociedade. Têm, entre outras atribuições, a missão de indicar prioridades para planos, programas e projetos de interesse comum. Para dar conta da complexidade dos temas em que a ação conjunta é necessária, o Conselho de Desenvolvimento constitui Câmaras Temáticas¹.

A partir dessa primeira compreensão sobre o que é este território hoje é que surgiu a pergunta central do trabalho: como tratar questões como memória e identidade, que constituem a base para a discussão da identificação do patrimônio cultural de cidades, para comunidades em que a população original já se igualou em termos demográficos à população imigrante, como é o caso dos municípios de Paulínia e Valinhos² e tantos outros da região? Procurou-se então delimitar as abordagens a serem adotadas pela pesquisa.

Primeiro, a importância de operar aproximações entre as formas de identificação, valorização e gestão dos patrimônios construídos em diferentes contextos, uma vez que boa parte das questões relacionadas à identidade e autenticidade do patrimônio decorre das condições culturais, políticas e jurídicas existentes, sendo também relevante identificar as formas de

¹ Junto com a Lei Complementar Estadual 870, foram criadas Câmaras Temáticas e Câmaras Temáticas Especiais, ambas de caráter técnico, dirigidas por um titular e com fins específicos. Atualmente existem 13 em funcionamento que debatem e apontam alternativas de solução conjunta nos setores de interesse comum: tais como CT Segurança Pública, CT Habitação, CT Meio Ambiente, CT Planejamento e Uso do Solo, CT Transportes e Sistema, CT Desenvolvimento Econômico, CT Saneamento, CT Atendimento Social, CT Educação, CT Saúde, CT Agricultura, CT Cultura, CT especial Aeroporto Viracopos. Disponível em: www.agemcamp.sp.gov.br, acesso em 06/06/2011.

² Segundo trabalho recente (GUTMANN, 2011), entre 1995 e 2000, a taxa intra-metropolitana de imigração foi de 37% e a de emigração foi 50% no caso de Valinhos.



operar e intervir sobre o território, através de instrumentos criados em várias instâncias de gestão.

Outro procedimento adotado foi a construção de dossiês com dados similares sobre as cidades, para viabilizar comparações, resguardadas distintas dimensões de território e a diversidade dos patrimônios em cada contexto.

A terceira abordagem consistiu em identificar questões específicas a partir da análise das práticas realizadas em contextos referenciais diversos, nacionais e internacionais, onde foi possível identificar a necessidade de valorizar “processos” de incorporação de novos critérios de valorização, com a participação de diferentes agentes envolvidos, tendo em conta a ampliação do conceito de proteção de “entorno dos bens” para o de identificação de “territórios culturais”.

Por fim, foi necessária uma reflexão sobre novos aspectos teóricos identificáveis a partir da análise das experiências recentes, como a necessidade da abordagem territorial da proteção patrimonial, anteriormente exposta, e a necessidade de criação de novas figuras de preservação como decorrência de um exame crítico dos instrumentos tradicionais de identificação, valorização e gestão do patrimônio.

2. PAULÍNIA E VALINHOS: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A história de Campinas insere-se no cenário do interior paulista de meados do século XVIII a partir da cultura da cana de açúcar, possuindo uma função vital para a região, a de agregadora de um vasto território. Constituindo-se como um “nó de comunicações”, ou seja, articulando um emaranhado de caminhos que conectavam várias regiões do Sudeste brasileiro, especialmente o velho “caminho dos goiases”, alcançou a estabilidade econômica necessária à reivindicação de elevação à vila a partir desse sistema de comunicações e transportes (MATOS, 2006)

A chegada da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, foi um importante marco em sua paisagem, que começava a se industrializar. Antes mesmo do século encerrar, chegaram a Campinas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana (que acaba se fundindo à Estrada de Ferro Ituaçu em 1892), o Ramal Férreo Campineiro e a Companhia Carril Agrícola Funilense.

Com essas cinco ferrovias servindo-a, Campinas apresentava-se num mapa com a característica estrela de seis raios, fato único na cartografia ferroviária do Brasil. Com a crise das ferrovias, quase todas as radiais foram desativadas. Enorme, contudo, foi o papel por elas desempenhado na vida campinense (MATOS, 2006, p.36).

A cidade de Valinhos foi parte do município de Campinas até 1953, quando se emancipou (Lei Estadual 2456/1953). É conhecida por seu parque manufatureiro – com destaque para a produção de perfumaria, sabão e produtos de higiene, metalurgia, informática, mecânica, microeletrônica, papelão, papel Kraft e derivados de celulose, plásticos entre outros –, mas principalmente por sua produção de figos³.

³ Portal da Prefeitura Municipal de Valinhos e IBGE:
http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=946&Itemid=64;
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355620>.



Tendo em vista sua localização estratégica, a 85 km de São Paulo e 9 km de Campinas, e cortada por duas grandes rodovias estaduais, as Rodovias Anhaguera e D. Pedro I, Valinhos vem passando por um rápido crescimento populacional.

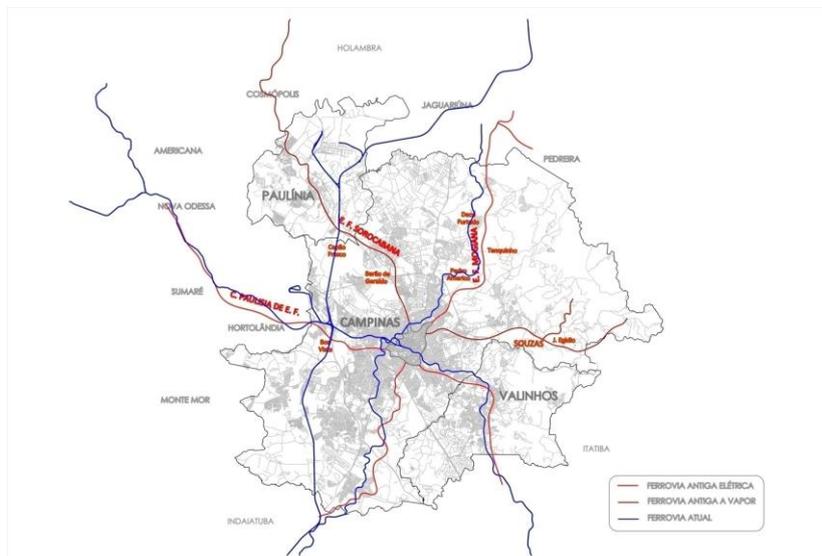
Depois da emancipação, a cidade elaborou três planos diretores: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Valinhos, de 1971; o Plano Diretor II de Valinhos, de 1996; e o último ainda em vigor, Plano Diretor III de Valinhos, de 2004. No primeiro plano já estavam esquematizados os eixos de crescimento da cidade, entre os quais, o da Anhanguera com o aproveitamento de um fundo de vale (na Avenida dos Esportes) para a criação de um centro cívico e recreativo. Neste, foi implantado em 2011, o programa do Centro de Convivência Brasil 500 anos, que consistia de uma praça linear ao longo de uma avenida (GUTMANN, 2011) e se propunha a ser a nova paisagem urbana de referência da cidade, parte de um conjunto de projetos onde se implantaria um novo centro cívico.

O Município de Valinhos apresentou um processo de crescimento intenso nas últimas três décadas, principalmente com a chegada das indústrias, tanto ao longo da Rodovia Anhanguera quanto na área central. O centro da cidade se tornou o local de passagem de um grande fluxo de carros, caminhões e ônibus, que apenas cruzavam a cidade. Esse fato, conforme afirma Gutmann (2011, p.91) “gerou um processo de degradação da área central e o desuso por parte de seus moradores”.

As novas gerações ocupam o espaço dos shoppings e seus arredores, bem como dos pontos de consumo do tipo “rápido”, como as lojas de conveniência de postos e supermercados. No sentido oposto, em vários períodos do dia, as praças mais centrais são locais de freqüentação de pessoas idosas e até mesmo de jovens, principalmente no final de semana, porém, em diferentes momentos do dia e pontos de um mesmo espaço público, ou seja, não há mais convívio simultâneo, embora haja uma apropriação e um uso efetivo destes espaços (GUTMANN, 2011).

Uma primeira leitura possibilitou a identificação de pontos de referência de distintas naturezas e dispersos: por um lado, uma fábrica centenária, a igreja matriz e a estação de trens, e diversos pontos de ocupação de novas fábricas e outras construções pontuais, na área mais consolidada e, por outro, a ocupação dos antigos caminhos (Fig.2) que levam às grandes rodovias com loteamentos e condomínios horizontais e verticais, resultando numa paisagem totalmente ocupada, embora não construída.

Figura 2. Mapa com sobreposição entre antigos caminhos e estradas de ferro



Fonte: Elaboração própria, 2013.

O efeito desta dupla ocupação é visível nos percursos realizados pelos moradores que, por sua vez, consolidam usos e atividades nas avenidas de acesso às áreas residenciais de condomínios, sendo o Centro de Convivência Brasil 500 Anos (Fig.3) um dos espaços mais expressivos deste fenômeno. Por ter um desenho linear, de um largo canteiro entre duas avenidas, bastante extenso, seu uso é bastante fragmentado, tanto do ponto de vista dos vários trechos que forma ao longo das avenidas de entrada e saída da cidade, quanto em distintos momentos do dia (GUTMANN, 2011).

Figura 3. Foto aérea do Centro de Convivência Brasil 500 Anos (Valinhos)



Fonte: Gutmann (2011).

Assim como a cidade de Valinhos, Paulínia permaneceu por muito tempo como parte do território de Campinas, sendo elevada à categoria de município apenas em 1964⁴. Localizada na Região Metropolitana de Campinas, atualmente Paulínia é considerada uma das cidades

⁴ Lei Estadual nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964.

com maior arrecadação de impostos, tendo se transformado em um importante polo industrial, e um dos maiores polos petroquímicos da América Latina⁵.

Sua história se inicia a partir da ocupação territorial da região, com a concessão de sesmarias, que ao serem divididas deram origem a grandes fazendas, como: São Bento, Fortaleza, Deserto, Morro Alto, Salto Grande, Monte Alegre, São Francisco, Saltinho, Santa Genebra, Quilombo, Funil; depois a fazendas, chácaras e lotes de terra cada vez menores.

A fazenda São Bento, comprada pelo comendador Francisco de Paula Camargo, em 1885, é uma das mais importantes para a história de Paulínia. Considerada modelo de eficiência, trabalho e organização, foi o marco do povoamento do núcleo de São Bento que se iniciou ao redor da Igreja de mesmo nome (Fig.4), atual centro de Paulínia (MULLER, 1999). Com a construção da estação de trem de José Paulino (da Companhia Carril Agrícola Funilense), em 1899, esse núcleo se desenvolveu e foi elevado à categoria de Distrito de Paz José Paulino, ainda parte de Campinas, pelo decreto-lei nº 14334, de 1944, que também alterou seu nome para Paulínia.

Figura 4.. Foto da Igreja de São Bento, construída entre 1897 e 1903, foi sendo modificada até 1935, quando adquiriu o aspecto atual



Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Outras fazendas importantes para a história da cidade foram a São Francisco e a do Funil. A Fazenda do Funil, situada em Cosmópolis, era propriedade de João Manoel de Almeida Barboza, foi comprada pelo Barão Geraldo de Rezende, e depois vendida, em 1898, aos irmãos José Paulino, Artur, Sidrack Nogueira, Paulo de Almeida Nogueira e Antônio Carlos da Silva Teles, incorporando também as fazendas Três Barras, Boa Vista e São Bento (Cosmópolis) em um território único. Apesar de não fazer parte do território de Paulínia, teve grande importância para a conformação desse município, uma vez que, sede da Usina Açucareira Ester (Fig. 5), seus donos foram alguns dos principais responsáveis pela implantação da Estrada de Ferro Funilense, pela Companhia Carril Agrícola Funilense (inaugurada em 1899), que ligava Campinas ao Funil, para escoamento da produção agrícola da região. Muitos povoados nasceram ao redor de suas estações e chaves.

⁵ Portal da Prefeitura municipal de Paulínia: <http://www.paulinia.sp.gov.br>

Figura 5. Implantação Usina Ester – antiga Fazenda Funil. Edificações e áreas de interesse remanescentes. Legenda: 1. Igreja São Paulo; 2. Vila Operária; 3. Clube Funilense; 4. Indústria; 5. Casa sede da Fazenda Funil (demolida); 6. Antigo edifício de estocagem de açúcar; 7. Chaminé da Usina Ester; 8. Antigo almoxarifado; 9. Armazém; 10. Escola da Usina.



Fonte: Esquema elaborado pelo grupo de pesquisa.

Entre 1880 e 1890, o governo brasileiro, em parceria com grandes latifundiários, deu início a projetos de imigração visando substituir a mão de obra escrava pela assalariada, mais especificamente estrangeira. Fugindo da miséria e do desemprego, muitos italianos da região do Vêneto vieram à região de Paulínia para trabalhar nas fazendas, alterando significativamente a realidade socioeconômica e cultural da região.

A formação dos chamados “Núcleos Coloniais” constituiu uma das formas de ocupação territorial a partir da mão de obra estrangeira: como forma de incentivar o cultivo das terras, lotes subdivididos das fazendas eram vendidos para brasileiros e estrangeiros, com pagamento facilitado a longo prazo, de modo a ocupar espaços e trazer riquezas para as algumas regiões, além de ligar o imigrante de forma mais efetiva ao Brasil. A primeira tentativa feita na região foi em terras da Fazenda Funil, em 1870.

A Estrada de Ferro Funilense (Fig.6) teve grande participação no desenvolvimento da região, rompendo o isolamento e interligando municípios. Dos povoados que se formaram ao longo da linha férrea, principalmente ao redor de suas estações e chaves, alguns se emanciparam, como os de Arthur Nogueira, Cosmópolis e Paulínia.

Figura 6. Mapa com o traçado, estações e chaves da antiga Companhia Carril Agrícola Funilense



Fonte: Elaboração própria, 2014.

No caso de Paulínia, a linha partia de Barão Geraldo (estação Santa Genebra), passava por Capão Fresco (Betel) e Deserto (Santa Terezinha) pela atual avenida Getúlio Vargas, até a avenida José Paulino (antiga rua do Comércio). Passando pela estação de José Paulino (antiga rodoviária, já demolida), seguia para Funchal, João Aranha, Guathemozin (WASSALL, 2011).

A cidade cresceu ao longo da rua do Comércio, ao redor da estação e da igreja. O núcleo principal era formado por algumas casas, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, quituteiras e empregados da via férrea. A população passou a ser distribuída de acordo com a localização das fazendas na área rural, e da igreja na área urbana; por volta de 1930, a população rural suplantava em grande número a população urbana (MULLER, 1999).

O decreto-lei nº14334, de 1944 também emancipou Cosmópolis e Valinhos (antiga Rocinha), e elevou o Arraial dos Souzas (Souzas) e o de Rebouças (Sumaré) à condição de Vila (BRITO, 1972). A partir dessa fase, a distribuição da população começa a se fixar predominantemente na área urbana.

De forma geral, a migração de pessoas de outras cidades e regiões induziu a uma nova forma de identidade com os centros tradicionais das cidades da RMC e até mesmo uma dissolução de particularidades em cada um deles. O surgimento de condomínios fechados consolidou uma forma de vida confinada, diluindo a formação de comunidades, afastando-as, de certa forma, dos problemas e do rumo do desenvolvimento das cidades em que residem. Essa dissolução das relações contribuiu para o esvaziamento dos espaços públicos, que perderam o significado diante de novas formas de lazer cada vez mais individualizadas e autônomas como é o caso dos shopping-centers no eixo da Rodovia Dom Pedro I (REIS, 2006).



As duas cidades, portanto, apresentam transformações urbanas decorrentes de um desenvolvimento regional e são emblemáticas para a compreensão das questões que afetam as cidades médias e pequenas da RMC.

3. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS PATRIMÔNIOS

Após uma pesquisa inicial nas páginas oficiais das municipalidades, foi possível constatar que a maioria destas cidades não possui órgãos específicos de preservação do patrimônio cultural e, muitas vezes, são as secretarias de obras que atuam na manutenção geral dos edifícios e espaços públicos das cidades, tratados indistintamente.

O órgão responsável pela gestão cultural em Valinhos é a Secretaria de Cultura e Turismo. Não existe no município uma legislação específica e um órgão relacionado à proteção do Patrimônio Cultural, apenas um Conselho Municipal de Cultura e um Fundo Municipal de Cultura⁶. Entre os bens tombados em nível estadual, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) não há imóveis urbanos, apenas a Sede da Antiga Fazenda Cacutá (desde 2005) e a Casa de Flávio de Carvalho (desde 1987)⁷.

Porém, há outros pontos que podem ser considerados de interesse cultural e turístico, tais como: a Capela de Nossa Senhora Aparecida (de 1930); a Estação Ferroviária FEPASA (1872 e reformada em 1910 e 1996) e Museu e Acervo Municipal Fotógrafo Haroldo Pazinato (prédio do século XIX); a Matriz de São Sebastião (de 1944) e o coreto do Largo São Sebastião. Entre seus equipamentos culturais, podem ser citados: Auditório Municipal, Museu de Artes João do Monte; Biblioteca Pública Municipal; Galeria de Arte Ana Massara; Centro Cultural Vicente Musselli; Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini (espaço destinado a eventos).

No caso de Paulínia, a Secretaria Municipal de Cultura, órgão responsável pela gestão cultural, criou uma Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 2.837/2006), que prevê ao patrocinador cultural desconto no pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e/ou no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Além disso, há um Fundo Municipal de Cultura (Lei nº 2.864/2007), numa parceria entre secretarias e outros órgãos, voltado para os bens de interesse turístico-cultural. Apesar disso, o município não possui nenhuma legislação específica para gestão e salvaguarda do patrimônio cultural e nenhum bem tombado ou registrado em nível estadual ou federal.

Após o levantamento realizado nas duas cidades, constatou-se que não seria possível adotar as categorias tradicionais de enquadramento dos bens a serem preservados. Os edifícios identificados, em geral, estão enquadrados nos conjuntos construídos, e estes, por sua vez, estão sempre relacionados aos espaços públicos (praças, antigos caminhos, ruas), o que não justificaria sua preservação isolada. No caso de Paulínia, a associação destes três componentes é responsável por grande parte do que se poderia conceber como unidades de valor paisagístico, juntamente com as sedes de fazendas e parques. No caso de Valinhos, constatou-se uma itinerância ou alternância de importância dos usos e apropriações dos espaços públicos. A localização destes espaços foi definida ao longo do tempo, juntamente com a

⁶ Criados pelo Decreto Lei nº 4074/2006.

⁷ AGEMCAMP e CONDEPHAAT: Fonte: <http://www.cultura.sp.gov.br> – 13 de Outubro de 2009; disponível em: http://www.portalculturarmc.agemcamp.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24&Itemid=52&lang=pt&cod_mun=562;

ocupação do território que pertencia a Campinas, apesar de mais tarde ter se desmembrado como município independente.

Em termos da gestão em nível metropolitano, as câmaras temáticas, descritas anteriormente, possuem coordenadores e projetos independentes umas das outras e não existe um intercâmbio de informação e experiência entre elas. Ou seja, o órgão é de âmbito metropolitano, mas os seus braços técnicos, as câmaras, atuam de forma setorial, tais como outras estruturas administrativas estatais ou municipais, reproduzindo o mesmo problema encontrado nas outras esferas de gestão. Tal situação foi possível constatar em relação às câmaras de Turismo e Cultura, que apesar de possuírem temas relativamente próximos, apresentam um percurso e uma linha de discussão restrita ao seu grupo. E tal fato é justificado pelas diferentes abordagens destes setores, onde o Turismo é visto como setor de investimento econômico, posicionando-se próximo ao setor de Desenvolvimento Econômico (constatado pelo fato de que essas duas CTs – Turismo e Desenvolvimento Econômico possuem o mesmo coordenador). À CT do Turismo compete a organização de Inventários e Roteiros Culturais/Turísticos, voltados para a divulgação das potencialidades da região, principalmente em época de Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Já a Cultura é vista como investimento social sem retorno financeiro. A cargo dela, ficam os eventos locais (como Viradas Culturais), feiras e festivais, festividades municipais, entre outros. E nesse contexto, é importante destacar o setor de Patrimônio que fica entre a Cultura e o Turismo, sem ser fixado em nenhum fórum específico. O tema parece causar até certo estranhamento entre os membros das CTs de Cultura e de Turismo. No caso da CT Cultura, o tema faz parte freqüente das discussões, sendo comentadas as iniciativas de certos municípios, sempre pontuais, de projetos de preservação de memórias locais, de organização de políticas públicas de preservação patrimonial. Já no CT Turismo, o tema só aparece relacionado a roteiros turísticos, não havendo nenhuma discussão sobre políticas de preservação do patrimônio. Não obstante, o fato de existir este fórum supramunicipal é um indicativo de que a discussão e a própria gestão do patrimônio, uma vez reconhecido seu caráter e importância regional, pode encontrar na AGEMCAMP um articulador de políticas urbanas de preservação.

4. A PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS DISPERSOS: NOVAS ABORDAGENS E CRITÉRIOS

O patrimônio urbano e arquitetônico existente nas cidades médias e pequenas da RMC, entre outros aspectos, evoca a discussão sobre o valor pela diversidade, principalmente porque da forma como permanecem os vestígios em seus centros históricos, a valorização individual não seria adequada. Não há conjuntos íntegros preservados, não há exemplares de distintos períodos justapostos, muitas vezes, não há sequer continuidade espacial em sua formação e transformação urbana que permita identificar uma linha do tempo. Esse aspecto dificulta a adoção de critérios e figuras patrimoniais já consagradas.

Por outro lado, a criação de conselhos e órgãos municipais de preservação nos municípios do estado de São Paulo, após a nova carta constitucional (1988), permitiu que houvesse uma mudança na forma de identificação e valorização do patrimônio, incorporando novas abordagens e critérios para o enquadramento de patrimônios de interesse local ou comunitário. Em muitos casos, embora tenham sido criados dentro de órgãos ligados à cultura, migraram em seguida para as áreas de turismo e desenvolvimento urbano ou planejamento. Porém, em pequenos municípios, onde não há um setor de cultura, as questões de preservação são tratadas junto às secretarias de educação ou de turismo. Portanto, mesmo

em relação à institucionalização das práticas de preservação, hoje são encontrados distintos contextos de atuação nas cidades paulistas.

Por várias circunstâncias, conforme já relatado, e a exemplo de outros contextos que apresentam certa heterogeneidade na constituição de seu arcabouço construído, a avaliação do caráter patrimonial dos edifícios, conjuntos e sítios, tem sido muitas vezes caso a caso, principalmente na iminência de uma intervenção arquitetônica ou urbanística (em muitos casos, em situações de conflito).

Porém, é no momento de identificação dos bens que é possível rever e reelaborar critérios, na medida em que para cada cidade é necessário reconhecer processos ocorridos e em curso, tais como: a gênese da ocupação dos territórios; os processos de urbanização e formação de núcleos ou centros principais; a intensidade, alternância e itinerância de usos e apropriações nos espaços públicos; os usos e intervenções/subtrações realizadas no traçado e nos edifícios remanescentes de vários períodos. Somente a partir deste conhecimento, é que se inicia o trabalho de identificação dos espaços urbanos e edifícios que possuem valor patrimonial, que não pode prescindir de uma consulta ou entrevista com os próprios moradores (permanentes ou temporários) e usuários.

No caso das cidades da RMC, a transformação do modo de vida rural para o urbano e a convivência de ambos, conforme aponta Nascimento (2004, p. 341-364), através do que chama de pluriatividade, é uma realidade bastante presente, constituindo uma dificuldade adicional em se definir territórios de identidade a partir de divisas municipais. Outro componente importante na formação do território das cidades da região são as indústrias que ali se instalaram em substituição às antigas fazendas, como é possível constatar no caso da Usina Esther, que até hoje é referência local, responsável pela formação do município de Cosmópolis, embora inicialmente situada em Paulínia, onde 80% do seu quadro de funcionários é composto por filhos ou parentes de ex-funcionários, ou teve a Usina como único emprego durante toda a vida.

Por esta razão, se procurou investigar novas formas de abordagem da questão patrimonial que partissem da leitura da constituição física e da dinâmica atual das cidades e retrocedesse às bases da formação dos territórios para a compreensão e identificação de valores culturais.

Novas figuras patrimoniais tiveram que ser avaliadas para contemplar a diversidade do patrimônio existente nas duas cidades. Algumas destas figuras, como a do patrimônio etnológico, inicialmente utilizado apenas para a classificação de expressões do folclore ou manifestações populares, foram retomadas, porém, considerando que hoje tais manifestações já não são mais restritas a um território, ao contrário, podem se manifestar ao mesmo tempo em vários lugares, dado o poder de comunicação e inclusão de novas práticas. Do ponto de vista urbanístico, o que anteriormente se considerava o entorno ou moldura de um patrimônio edificado, hoje pode constituir o único elemento coeso ou que prefigure um conjunto, para a compreensão e preservação da memória urbana, já que muitos dos edifícios emblemáticos que lhe deram origem já desapareceram, demandando a criação de “zonas patrimoniais”, inscritas nos próprios planos urbanísticos mais gerais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as relações de identidade e memória e os processos de formação e apropriação dos espaços públicos e dos edifícios significativos das cidades de Valinhos e Paulínia seria



quase impossível sem considerar as alterações em suas estruturas urbanas, na constituição das populações e nas formas de gestão como decorrência de sua inserção em processos de metropolização, sujeitas a fatores de indução externos, como os processos de regionalização das atividades e de conurbação física.

O dado teórico principal foi a constatação de uma mudança nestes processos nas últimas décadas do século XX, no Brasil, com a inversão de fluxos migratórios dos grandes centros para as cidades médias, com conseqüências para as pequenas, deixando de ser um fenômeno exclusivamente metropolitano.

Portanto, o problema principal a destacar quanto ao método de identificação e seleção do patrimônio, é que ao considerar-se o deslocamento da população em função de mudanças, tanto na organização social quanto na produtiva, temos que admitir a existência de outras formas de valorização e reconhecimento pela população - que resultam em distintos usos do espaço no tempo - que se traduzem em diversos aspectos culturais e físico-espaciais, em especial, no valor atribuído à memória, aos objetos patrimoniais. E ainda que diferentes práticas, atividades, ações e trajetórias, detectáveis nos movimentos da população, correspondem a múltiplas dimensões da realidade social, nas quais se incluem as relações de pertencimento (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011).

AGRADECIMENTOS

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por viabilizar este trabalho.

À equipe de pesquisa, em especial, às bolsistas Arquiteta Renata Ocanha Góes e Historiadora Ana Laura Evangelista, pela dedicação e discussões ao longo destes três anos.

REFERÊNCIAS

- BAENINGUER, R. A. População em Movimento. In: *Fonseca, R.; Davanzo, A. M. Q.; Negreiros, R. M. C. (orgs.) Livro Verde: Desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, IE, 2002.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Paulínia*. V.1. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1972.
- CANO, W., BRANDÃO, C.A. *A Região Metropolitana de Campinas. Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.
- GUTMANN, C. Valor patrimonial dos Espaços Públicos. Estudo de caso do centro de Valinhos – SP. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: PUC-Campinas, 2011. Disponível em: www.puc-campinas.edu.br. Acesso: 20/10/2011.
- MATOS, Odilon Nogueira. Campinas, de freguesia à metrópole: um breve roteiro para a sua história. In: Lilia Medrano; João Miguel de Godoy (orgs). *Campinas – visões de sua História*. Campinas: Ed. Átomo, 2006.
- MÜLLER, Meire Terezinha; MAZIERO, Maria das Dores Soares. *Paulínia: História e Memória: dos trilhos da Carril às chamadas do progresso*. Campinas: Ed. Komedi (edição bilingue), 2006.
- NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2004, vol.42, n.2 [cited 2013-04-14]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000200008&lng=en&nrm=iso Acesso em 18/02/2013.



- OLIVEIRA, L. A. P. de, OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. *Estudos e Análises I*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- PITU – Plano Integrado de Transportes Urbanos /RMC/2015. *Relatórios*. Campinas: Governo do Estado de São Paulo, 2010. Secretaria dos transportes Metropolitanos. Disponível em: <http://www.stm.sp.gov.br/images/stories/Pitus/Pitu2015/index.html>. Acesso: 15/11/2012.
- PMHIS - Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social. *AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas*, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/> . Acesso em: 12/11/2010.
- REIS, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP/FAPESP/Via das Artes, 2006.
- WASSALL, L.J. Urbanização descontínua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso do município de Paulínia/SP. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: PUC-Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/pos-graduacao/stricto-sensu/programa-de-posgraduacao-em-urbanismo/teses-e-dissertacoes/> . Acesso: 10/10/2012.